

Liminar garante a escola o reajuste

Liminar concedida pela 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça permite à Sociedade Educacional São Pedro de Alcântara voltar a cobrar suas mensalidades com o percentual do repasse do aumento dos professores.

O repasse tinha sido cassado, para os alunos que entraram na Justiça, por liminar do Juiz Clarindo de Brito Nicolau, da 5ª Vara de Fazenda Pública, mas a Direção do São Pedro de Alcântara, depois de entrar com um agravo de instrumento que ainda não foi julgado, impetrou mandado de segurança contra a decisão do Juiz Clarindo Nicolau e foi beneficiada com a liminar do Desembargador Rebello de Mendonça, da 6ª Câmara Cível. O Juiz Clarindo Nicolau declarou-se surpreso com a decisão da Câmara, que, explica, dá efeito suspensivo ao agravo de instrumento, ao qual ainda nem deu despacho final.